

2005 a 2007 — Diretor de Serviços de Desenvolvimento Rural da Direção Regional de Agricultura do Algarve (DRAALG) e Coordenador do Agrupamento de Zonas Agrárias do Sotavento Algarvio

2004 a 2005 — Técnico Superior Principal na Divisão de Produção Pecuária da Direção de Serviços de Agricultura da DRAALG;

2000 a 2004 — Chefe de Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural na DRAALG;

1997 a 2000 — Técnico Superior de 2.ª classe, na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo;

1994 a 1997 — Técnico da Zona Agrária do Sotavento, Tavira, da DRAALG;

1991 a 1994 — Responsável Técnico nos núcleos de Extensão Rural de Martinlongo e Azinhal, na Zona Agrária de Alcútem (ZAA), DRAALG.

1989 a 1991 — Técnico (na qualidade de estagiário) do Núcleo de Extensão Rural de Martinlongo, da Zona Agrária de Alcútem, da DRAALG.

Experiência paralela

2017 a 2019 — Vereador da Câmara Municipal de Castro Marim

2012 a 2016 — Membro da Assembleia Municipal de Faro

2001 a 2005 — Membro da Assembleia Municipal de Castro Marim

2018 até ao presente — Presidente da Assembleia Geral da Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana

312398488

Despacho n.º 6251/2019

Ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e com a última alteração da Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência de procedimento concursal aberto nos termos do artigo 18.º da mesma Lei, e no uso das competências delegadas nos termos da subalínea *iii*) da alínea *a*) do n.º 3 do Despacho n.º 5564/2017, de 01 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7088/2017, de 21 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto e alínea *b*) do n.º 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 43/2019, de 01 de março.

1 — Designa-se o Engenheiro José Manuel Moreira Nunes Matias, para exercer, em regime de comissão de serviço por 5 anos, o cargo de Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas do Norte, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º e n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última alteração da Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua publicação.

25 de junho de 2019. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luís Medeiros Vieira*.

Nota curricular

José Manuel Moreira Nunes Matias, nasceu em Lamego a 15 de julho de 1962.

Licenciado em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Possui uma pós graduação em Desenvolvimento Local: território, sociedade e cidadania.

Desde 9 de novembro de 2012 é assessor do Gabinete do Sr.º Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, tendo como principais responsabilidades e atividades o apoio ao gabinete do Sr.º Diretor Regional em temáticas essencialmente relacionadas com o investimento na atividade agrícola.

Colabora com a Direção de Serviços de Controlo e Estatística na realização de controlos no local a projetos do PROMAR e MAR2020 e a projetos de investimento no âmbito do PRODER e PDR 2020 e também nas verificações das condições de reconhecimento ou manutenção do reconhecimento das Organizações de Produtores.

Entre 19 de outubro de 2007 e 04 de outubro de 2012, foi Diretor de Serviços de Inovação e Competitividade da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, tendo tido como principais responsabilidades e atividades, o encerramento do QCAIII, o acompanhamento das medidas

florestais, nomeadamente o programa 2080 e RURIS-Florestação de terrenos agrícolas e o lançamento do PRODER, o novo quadro comunitário de apoio na área do investimento agroindustrial.

Entre 7 de maio de 1997 a 28 de dezembro de 2004 e posteriormente entre 17 de outubro de 2005 e 28 de fevereiro de 2007, foi Supervisor do Agrupamento de Zonas Agrárias do Alto Trás-os-Montes, tendo tido como principais responsabilidades a gestão técnica e administrativa dos concelhos de Montalegre, Boticas, Chaves, Valpaços, Murça e Vila Pouca de Aguiar.

Fez parte das equipas de acompanhamento dos Planos Diretores Municipais de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Murça e Valpaços.

Entre agosto de 1987 e maio de 1997 foi técnico superior na Zona Agrária de Vila Pouca de Aguiar da Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, tendo desenvolvidos atividades de apoio aos agricultores, nomeadamente, no acesso às ajudas comunitárias, foi ainda monitor de cursos de jovens empresários agrícolas.

Formação profissional

Frequentou várias ações de formação relacionadas com o funcionamento de gestão da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, nomeadamente:

FORGEP (Programa de Formação em Gestão Pública) — 2007;

CAF (Estrutura Comum de Avaliação) -2012;

FACOP (Formação Avançada em Controlo e Análise de Processos) — 2013

Liderança e Gestão por objetivos — 2013

Integração de diferentes instrumentos de gestão na construção do orçamento — 2013

312398325

Despacho n.º 6252/2019

Ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e com a última alteração da Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência de procedimento concursal aberto nos termos do artigo 18.º da mesma Lei, e no uso das competências delegadas nos termos da subalínea *iii*) da alínea *a*) do n.º 3 do Despacho n.º 5564/2017, de 01 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de junho, alterado pelo Despacho n.º 7088/2017, de 21 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto e alínea *b*) do n.º 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 43/2019, de 01 de março.

1 — Designa-se o Engenheiro Rui Manuel Pereira Martins, para exercer, em regime de comissão de serviço por 5 anos, o cargo de Diretor Regional Adjunto de Agricultura e Pescas do Norte, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º e n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última alteração da Lei n.º 128/2015, de 03 de setembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua publicação.

25 de junho de 2019. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luís Medeiros Vieira*.

Natural de S. João de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, nascido em 25 de Janeiro de 1957, atualmente residente em Braga.

Licenciatura em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Curso de Especialização em Gestão e Administração Pública, pela Universidade do Minho, Curso Gestão por Objetivos e Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, promovido e ministrado pelo Instituto Nacional de Administração, componente “Conferências” do Curso de Defesa Nacional, ministrado pelo Instituto de Defesa Nacional.

Durante o seu percurso profissional, exerceu funções de:

Chefe de Divisão de Experimentação e Fomento da Produção Animal (1987 a 1993) da DRAEDM — Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;

Diretor de Serviços de Experimentação, de Diretor de Serviços de Agricultura e Diretor de Serviços de Desenvolvimento Rural da DRAEDM (1993 a 2007);

Diretor de Serviços de Valorização Ambiental e Apoio à Sustentabilidade da DRAPN — Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (2007 a 2012);

Técnico da Delegação Regional de Entre Douro e Vouga, da DRAPN (2012 a 2016);

Gestor Público, em regime de cedência por interesse público, na Sociedade Instaladora de Mercados Agrícolas, SA, como Vogal Do Conselho de Administração, ao abrigo Estatuto do Gestor Público — EGP (Julho de 2016 a Dezembro de 2018);

Técnico da Delegação Regional de Entre Douro e Vouga, da DRAPN (desde Dezembro de 2018).

No quadro das diferentes funções desempenhadas, assegurou a realização ou a coordenação de várias atividades e ações relacionadas com a definição, preparação, formulação, promoção, aplicação, controlo e avaliação de Medidas de Apoio Setorial no quadro do PEDAP e sucessivos Quadros Comunitários de Apoio, entre as quais se destacam as de Gestor do Programa Agropecuário Leite da Região de Entre Douro e Minho (PIDDAC 1985);

Representante da DRAEDM na elaboração e acompanhamento de Programas Regionais (Ajudas de Pré-Adesão Portugal/CEE — 1985) como “Instalação da Rede Regional de Abate, Melhoria das Condições de Comercialização de Gado no Entre Douro e Minho” e “Programa de Recria de Novilhas (1.ª fase)”;

Coordenação da candidatura de projetos de I&DE ao Programa PRAXIS XXI e ao Programa AGRO (1996 a 2003) — elaboração de candidaturas e execução de projetos de I&DE, no quadro de equipas multidisciplinares e plurinstitucionais e difusão de resultados relevantes junto dos agentes do setor agrícola; Coordenação das atividades de promoção e execução de várias medidas de apoio ao Desenvolvimento Rural da DRAEDM e da DRAPN — Programa AGRIS (2004-2007);

Coordenação da atividade de divulgação, análise, decisão, acompanhamento e pagamentos no âmbito das Medidas do Programa AGRIS dirigidas ao investimento de apoio ao desenvolvimento rural (investimentos, privados e públicos, associados a Planos Integrados de recuperação de património agrícola e rural) e melhoria de infraestruturas de carácter coletivo (regadios tradicionais e caminhos agrícolas e rurais);

Coordenação das atividades de divulgação, análise, decisão, acompanhamento e pagamentos no âmbito das Medidas do PRODER, no âmbito da melhoria de infraestruturas de carácter coletivo (regadios tradicionais e caminhos agrícolas e rurais);

Coordenação da atividade da DRAPN no apoio aos AP no domínio da concretização de propostas de cadernos de especificações para obtenção de reconhecimento de produtos como DOP, IGP e ETG;

Responsável, no quadro de todo o Grupo SIMAB, SA, pelas áreas funcionais de Apoio à Administração e Gestão de Recursos, Auditoria, Controlo Interno e Eficiência de Recursos, Sistemas de Informação, Cooperação Institucional e Parcerias Estratégicas, responsável pela operação do Mercado Abastecedor de Braga (MARB), Presidente da “Associação5 Ao Dia”, o projeto de responsabilidade social da SIMAB, SA, interlocutor da SIMAB, SA junto do Programa Portugal Sou Eu.

Entre outras atividades relevantes, destacam-se ainda as de Cooperação ativa com as Organizações Setoriais nas regiões de Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho e as de coordenação do funcionamento da Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional a nível regional, bem como a coordenação da intervenção DRAEDM e da DRAPN no âmbito da participação institucional no domínio dos instrumentos de Ordenamento do Território (2006 a 2012), em estreita colaboração com os Municípios.

Braga, 25 de março de 2019.

312398439

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 6253/2019

Encontrando-se a decorrer o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais e, a necessidade de assegurar o regular funcionamento da respetiva unidade orgânica flexível, designo para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual (EPD), até à conclusão do referido procedimento, Chefe de Divisão de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais, a licenciada Maria José da Silva Quintão.

A presente designação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respetivo currículo vitae.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 29 de maio 2019, inclusive.

Nota curricular

Dados Pessoais

Maria José da Silva Quintão, nascida em 18 de dezembro de 1966, natural da Vila de Prado, Vila Verde.

Formação Académica

Licenciatura em Administração Pública Regional e Local

Formação Profissional

Ao longo da sua carreira profissional obteve formação em vários domínios designadamente nas áreas da gestão de recursos humanos, financeiros e planeamento, destacando-se o curso de Formação em Gestão Pública — FORGEP e a especialização em Compras Públicas. Na área informática, frequentou diversos cursos ao nível do utilizador. Participou em diversos congressos e seminários ligados à gestão orçamental e financeira e ministrou ações de formação neste âmbito.

Experiência Profissional:

Inicia a sua vida profissional em 1990, como técnica superior, assumindo a gestão administrativa/financeira do PEDAP — Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa, na região de Entre Douro e Minho;

De 1994 a 1997, exerce as funções de Responsável pelo Núcleo de Gestão de Programas Comunitários tendo desenvolvido todo o processo de implementação da portaria 809/94, de 12 de setembro — Regime de aplicação das medidas do PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal) e bem assim dos restantes instrumentos de apoio para o setor agrícola (INTERREG, Medidas Agroambientais, PRONORTE, Lei da Aprendizagem, PRAXIS).

De 1995 a 1999, representou a Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho no Conselho Fiscal da Associação para o Apoio à Bovinicultura Leiteira do Norte (ABLN);

De 1997 a 1999 exerce as funções de Responsável pela Divisão Financeira e Controlo Orçamental, e implementa a reorganização das Direções Regionais de Agricultura decorrente da integração dos serviços florestais nestas estruturas.

Em 1999 é nomeada Chefe de Divisão Financeira e Controlo Orçamental, exercendo estas funções até 2007.

Em 2008 é nomeada Chefe de Divisão de Gestão de Recursos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, em resultado da reestruturação do Ministério da Agricultura levada a efeito no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Pública, tendo, face ao contexto organizacional da DRAPN, decorrente da fusão da Ex. DRAEDM e DRAPN, e da sua dispersão territorial, desenvolvido e aplicado com sucesso uma estratégia baseada na unificação e reestruturação de processos e procedimentos administrativos apoiada na implementação de sistemas de informação.

Em 2012 é nomeada Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais, cargo que ocupa até à presente data tendo implementado de entre outros processos o POCP e o SNCAP na DRAPN.

13 de junho de 2019. — A Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Norte, *Carla Maria Gonçalves Alves Pereira*.

312389253

Despacho n.º 6254/2019

Considerando que se encontra a decorrer o procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 1.º grau correspondente a Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Licenciamento e, a necessidade de assegurar o regular funcionamento da respetiva unidade orgânica nuclear, designo para o cargo de direção intermédia de 1.º grau, em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual (E.P.D.) e até à conclusão do referido procedimento, Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Licenciamento, a licenciada Maria Manuel Gonçalves de Mesquita.